

13 de Janeiro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 191
Director-Geral
Evaristo Mulaza



MATEUS CHITANGA, JURISTA

“A acumulação primitiva de capitais resultou de consensos”

ENTREVISTA. Observa que o país está sob o “escrutínio” do FMI, mas que as práticas continuam enraizadas no passado e avisa que a tese de ‘corrigir o que está mal’ tem de produzir resultados, sob pena do descalabro. Mateus Chitanga, jurista e veterano militante do MPLA, no Huambo, defende que o enriquecimento por via do Estado resultou de consensos no MPLA, pelo que a responsabilidade não pode recair sobre uma pessoa, mas antes sobre o grupo. E insiste: “o partido não se safá”. **Págs. 4 e 5**



OS DESAFIOS DO CRESCIMENTO EM 2020

Dívida, câmbio, petróleo, agricultura e justiça

ANÁLISE. Com várias previsões a admitirem um 2020 difícil, enquanto decorria ainda o ano passado, o VALOR recorda alguns dos principais desafios que se colocam à governação nos próximos 12 meses. Das políticas macroeconómicas, passando pela economia real, este ano também se anuncia desafiante no capítulo da justiça, quando se esperam novas lutas nos tribunais e nos corredores da Procuradoria-Geral da República. **Págs. 6 e 7**

FALTA DE RECIPROCIDADE

Mediadores acusam Portugal

A Associação dos Mediadores e Correctores de Seguros de Angola acusa Portugal de violar o princípio da reciprocidade, por estar a criar alegados “subterfúgios” que impedem operadores angolanos de explorarem o mercado luso. As críticas são extensivas à Arseg que, para a AMSA, “nada faz” para defender os nacionais. **Pág. 8**

AQUISIÇÃO DOS 25% DA OI NA UNITEL

Analistas questionam interesse da Sonangol

Pág. 10



Editorial

O QUE ESTÁ EM CAUSA

A controvérsia persistente na forma como se combate a corrupção e a impunidade é prova material de que a agenda reformista de João Lourenço continua longe de gerar consensos. No espaço mediático, as opiniões mantêm-se divididas, entretanto com uma tendência clara de deturpação do discurso crítico à actuação do novo poder. Isso ficou demonstrado, mais uma vez, pela interpretação genericamente equivocada das críticas de Adalberto Costa Júnior. O presidente da Unita disse o que a generalidade dos críticos vem dizendo. Isaías Samakuva, em ocasiões distintas, fez o discurso que o seu sucessor repete agora. Em 2019, na abertura das actividades arroladas nas exéquias de Jonas Savimbi, Samakuva chegou a afirmar que “a luta contra a corrupção é selectiva, incompleta e mal direccionada”. Abel Chivukuvuku alertou também várias vezes que não se deveria confundir o combate à corrupção com o combate à impunidade, justificando que o processo ignorava o que se passa hoje na governação. O problema, portanto, não está na luta contra a corrupção, mas antes na forma inequivocamente selectiva como esse combate é empreendido.

Os exemplos amontoam-se e o caso de Augusto Tomás é dos mais ilustrativos. Angola constou e continua a fazer parte dos países mais corruptos do mundo. E o rosto dessa corrupção continua a ser a elite do MPLA que, desde que



o país soberano existe, preencheu as funções e os cargos de generais, de ministros, de governadores e de gestores das empresas e institutos públicos, apenas para referir os mais relevantes. A maioria esmagadora dos empresários que acumulou fortunas, nos momentos de bonança, também é do MPLA. E muitos destes, directa ou indirectamente, acabaram por somar dezenas e centenas de milhões com negócios que lesaram o Estado. Não se pode compreender, por isso, que, mais de dois anos após o lançamento do proclamado combate à corrupção, apenas um ministro tenha sido julgado. É preciso referir que um dos argumentos que pesou na condenação do ex-ministro dos Transportes foi a alegada violação sistemática e continuada da lei do Orçamento, o que, seguramente, foi prática corrente nos ministérios e governos provinciais.

O caso de Augusto Tomás destapou, aliás, outro debate que os entusiastas de circunstância ignoram. O novo poder não foi capaz de explicar a retroactividade desse processo e, com isso, continua por se entender por que razão apenas o Ministério dos Transportes foi dissecado até ao tutano, num universo de mais de 30 ministérios. É preciso lembrar que, com excepção do caso da ex-ministra das Pescas, desencadeado na Namíbia, não há conhecimento público de qualquer outro ex-ministro que esteja a ser investigado na condição de ex-ministro. O processo contra Higinio Carneiro está relacionado com a sua passagem por Luanda, ao passo que o caso de Manuel Rabelais se refere ao seu consulado no extinto Grecima.

Há quem evoque os próximos processos, que se seguirão ao ‘caso Isabel dos Santos’, como prova de que a justiça está a actuar de forma indiscriminada, mas há poucas dúvidas de que os próximos visados sejam figuras, de alguma maneira, próximas ao ex-Presidente.

Outro exemplo expresso de que o combate é para ser selectivo está na relutância do poder em avançar com a revisão da lei que regula a declaração de bens dos titulares de cargos públicos. Não se compreende que se queira combater a sério a corrupção, ocultado hermeticamente o património com o qual os ministros e governadores do novo poder entraram em funções. É isso o que está em causa.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade, Luanda/
Angola, Telefones: +244 222 320510;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



JOFFRE VAN-DÚNEM,
ministro do Comércio

Que estratégia tem o ministério para escoar a produção do campo para o circuito comercial?

Estamos a preparar condições para que possamos ter uma bolsa de mercadorias que possa permitir que toda a produção seja catalogada e dirigida quer para os sectores de distribuição, quer para o consumo.

Mas os consumidores queixam-se dos preços elevados...

Essa é uma questão que se discute há muito tempo e a principal razão do meu ponto de vista tem que ver com os custos de produção que, infelizmente, são muito altos. O Executivo está a trabalhar para, no mínimo, eliminar os custos que advêm da burocratização que empola em espiral os produtos de produção nacional. Fundamentalmente, temos de procurar solução para torná-los mais baratos.

Como?

Os custos da energia e da água são muito elevados e influenciam bastante a produção.

TERÇA - FEIRA

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex) e a Câmara de Comércio e Indústria Angola/Emirados Árabes Unidos assinam um Memorando de Entendimento para a negociação de linhas de crédito e pacotes de financiamento em Luanda.

QUARTA - FEIRA

O BNA pretende reduzir metade dos valores despendidos para a manutenção da moeda nacional, com a emissão da nova série do kwanza, prevista para este ano, declara o governador José Massano, em Luanda, durante a discussão da Lei que autoriza o BNA a pôr em circulação uma nova família da moeda.

QUINTA - FEIRA

A AGT descarta, em nota publicada na internet, informações que dão conta da substituição imediata da Taxa de Circulação pelo Imposto sobre Veículos Motorizados (IVM), um documento que ainda está em tramitação a nível do Governo.



SEXTA - FEIRA

A Sonangol considera “falsas e sem fundamento” informações postas a circular dando conta que uma reestruturação em curso na companhia vai culminar com despedimentos por “pressão” de “uma entidade internacional”.



SÁBADO

Isabel dos Santos considera “não notícia” notícia do Expresso que dá conta que ela passou a residir no Dubai. Dos Santos questiona ao jornal se sugere que minta na declaração fiscal que continua a residir em Angola, quando está fora há muito tempo.



DOMINGO

O ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, conclui a visita ao Kwanza-Norte, iniciada no dia anterior, e participa no acto de lançamento do Programa de Fomento da Produção Avícola Familiar.



COTAÇÃO



ATINGE MÍNIMA DE 1 MÊS ENQUANTO O IRÃ ENTRA EM EBULIÇÃO

O preço do petróleo atingiu, no início da semana, o mínimo de um mês quando ainda existem incertezas em relação ao conflito entre os EUA e o Irão. Os contratos futuros de petróleo WIT caíram de 59,04 dólares para 58,71, enquanto o do Brent caiu 0,1%, para 64,94 dólares por barril. O cenário é um alerta para os países extremamente dependentes do ‘ouro negro’, visto que vai ficando cada vez mais notório que faz parte do passado a forte influência das situações geopolíticas no preço do petróleo.



YUAN LIDERA ALTA DE MOEDAS EMERGENTES

O início da semana fica marcada pela alta da moeda de alguns dos mercados com a moeda chinesa a liderar, registando-se o nível mais alto em mais de cinco meses face ao dólar. Atribui-se a situação às perspectivas animadoras da assinatura da fase 1 do acordo comercial entre os EUA e a China prevista para esta semana. Outras moedas acompanham o ritmo do yuan. O rublo russo atingiu o ponto mais alto em 20 meses, enquanto a rupia indonésia, a lira turca e a rupia indiana aumentaram entre 1,4% e 2,0% em relação ao dólar.

06

Entrevista

MATEUS MARCOS CHITANGA, JURISTA

“O país está sob escrutínio do FMI, mas as práticas continuam enraizadas no passado”

Não vê saída para a projecção da economia sem a refundação do MPLA e esclarece que “o partido, em vez de ajustar-se e definir bem as políticas de desenvolvimento, perdeu tempo com paliativos como os comités de especialidade que acabaram por afundá-lo”. Sobre a luta contra a corrupção, o jurista avisa que, se a tese de ‘corrigir o que está mal’ não der resultados, “a médio e longo prazos será o descalabro”.



Por Júlio Gomes

Como vê o país hoje? É preciso esclarecer bem que o actual Presidente da República é forçado a tomar essas medidas, sobretudo o recurso ao FMI. É um exercício forçoso que só peca por ser tardio.

É uma governação assente em novas práticas, portanto...

A governação está submetida ao escrutínio do FMI, mas as práticas continuam enraizadas no passado. Só mesmo a refundação do partido [MPLA] conduzirá a pátria

a reconciliar-se consigo própria. Fora desse quadro, o abismo é o nosso fim.

Este ano, o Governo projecta o aumento no preço dos combustíveis, depois de já ter tomado outras medidas que agravaram o custo de vida, como a desvalorização da moeda e a efectivação do IVA. Como vê o futuro imediato?

Os combustíveis até já deviam subir porque nunca foram vendidos ao preço real. É melhor penalizar agora porque depois pode ser tarde de mais e afunilar ainda mais a economia, já de si desorganizada.

As receitas do FMI vão sendo muito penalizantes...

O que houve no passado é que ficamos iludidos porque o dinheiro des-

viado, em alguns casos, serviu fins eleitoristas, ou para cobrir a inexistência de uma ideologia política.

A que se está a referir?

O partido, em vez de ajustar-se e definir bem as políticas de desenvolvimento, apareceu com paliativos que acabaram por afundá-lo. De forma muito concisa, refiro-me aos comités de especialidade que, de algum modo, serviram de trampolim para a acumulação primitiva de capital.

O enriquecimento ilícito também passou por essa via?

Evidentemente! Os comités desviaram muito dinheiro. E são os que deram lugar à ideia de que tínhamos uma ideologia político partidária consentânea. Mas tratava-se de uma ideologia que não era centrista

nem de esquerda. Estava a movimentar-se no meio, não andava nem desandava.

Parece haver uma narrativa que atribui as culpas, sobretudo, a José Eduardo dos Santos...

A culpa não deve recair sobre uma única pessoa, mas sim sobre todo o conjunto. Se ouviu o pronunciamento eclético de Marcolino Moco, o partido, neste momento, não se safá. É crucificado por ser o fiel depositário das ideias dos militantes. Logo, por maioria de razão, uma acumulação primitiva de capital só pode ser do consenso desse grupo de pessoas.

Ou seja...

Ou seja, todos são culpados, incluindo os que aplaudiram. O que José Eduardo dos Santos fez foi agarrar-se ao consenso e, por

via da Caixa Agro-pecuária e Pescas (CAP), do BPC, entre outros, acabou por propiciar o enriquecimento sem causa de muitos que não tinham compromisso com a pátria.

Acredita que o actual ‘núcleo duro’ do MPLA possa ser atingido?

Ficaria tudo muito mais complicado. Mas, como já me referi, a imagem do partido já está posta em causa, não é das melhores. O MPLA há de perder ainda mais se essa luta para ‘corrigir o que está mal’ não atingir resultados esperados a médio e longo prazos. Está proibido de falhar e, se continuar a titubear, será o descalabro.

Mas considera que o caminho esteja a ser bem feito?

Nesta luta contra a corrupção, o que se está a fazer não significa melho-

“Hoje a periferia do Huambo é toda analfabeta. Se for ao município do Londuibali, dificilmente encontrará incentivos ao ensino.”

ria. A corrupção ficou de tal forma generalizada que e o esforço que vai sendo feito ainda resulta naquilo que em umbundo se chama ‘ngombe-ya-lamba’. Ou seja, quando dois bois são de tamanhos diferentes, a charrua passa mas não consegue desbravar a terra. Portanto, a corrupção está profundamente entranhada de tal ordem que não abre portas para a estratégia do seu combate.

Falemos do ‘caso Isabel dos Santos’. O Tribunal de Luanda decidiu-se pelo arresto de activos da empresária Isabel dos Santos em Angola. O que lhe pareceu esta medida.

A medida é correcta, mas a empresária, por sua vez, tem margem de manobra para apresentar os seus argumentos de razão num horizonte de 30 dias. Se não o fizer, o Estado abre o processo principal.

Há risco de desemprego?

Estes [empregos] podem estar salvaguardados, porque é do interesse do próprio Estado mantê-los por causa das implicações sociais daí decorrentes.

Mas vimos o mesmo com o encerramento dos bancos Mais e Postal, em que centenas de pessoas ficaram desempregadas...

Nas empresas onde entra Isabel dos Santos estão outros sócios, que obviamente devem garantir o normal funcionamento, incluindo o pagamento dos salários. Portanto, o arresto não deve desfazer as empresas.

Vem aí uma nova família do kwanza sem a imagem do ex-Presidente JES. Quer comentar?

Noutros países, constam do dinheiro figuras já falecidas, não as que estão no activo. Mas, se a imagem do antigo chefe de Estado deixa de existir, a explicação não é necessariamente política.

Então, o que será?

Pode ser antropológica.

Porquê?

Chegou-se à conclusão que não é necessário, neste momento, aparecer. Por outro lado, é preciso ter em conta o que está a acontecer. Esta acumulação primitiva de capital como está frustrada, logo, o escape neste momento é guardar o dinheiro nas fazendas. Se estiver atento aos relatos até mesmo das autoridades policiais, chegará à

O partido, em vez de ajustar-se e definir bem as políticas de desenvolvimento, apareceu com paliativos que acabaram por afundá-lo. De forma muito concisa, refiro-me aos comités de especialidade.

A culpa não deve recair sobre uma única pessoa, mas sim sobre todo o conjunto. Se ouviu o pronunciamento eclético de Marcolino Moco, o partido nesse momento não se safa.

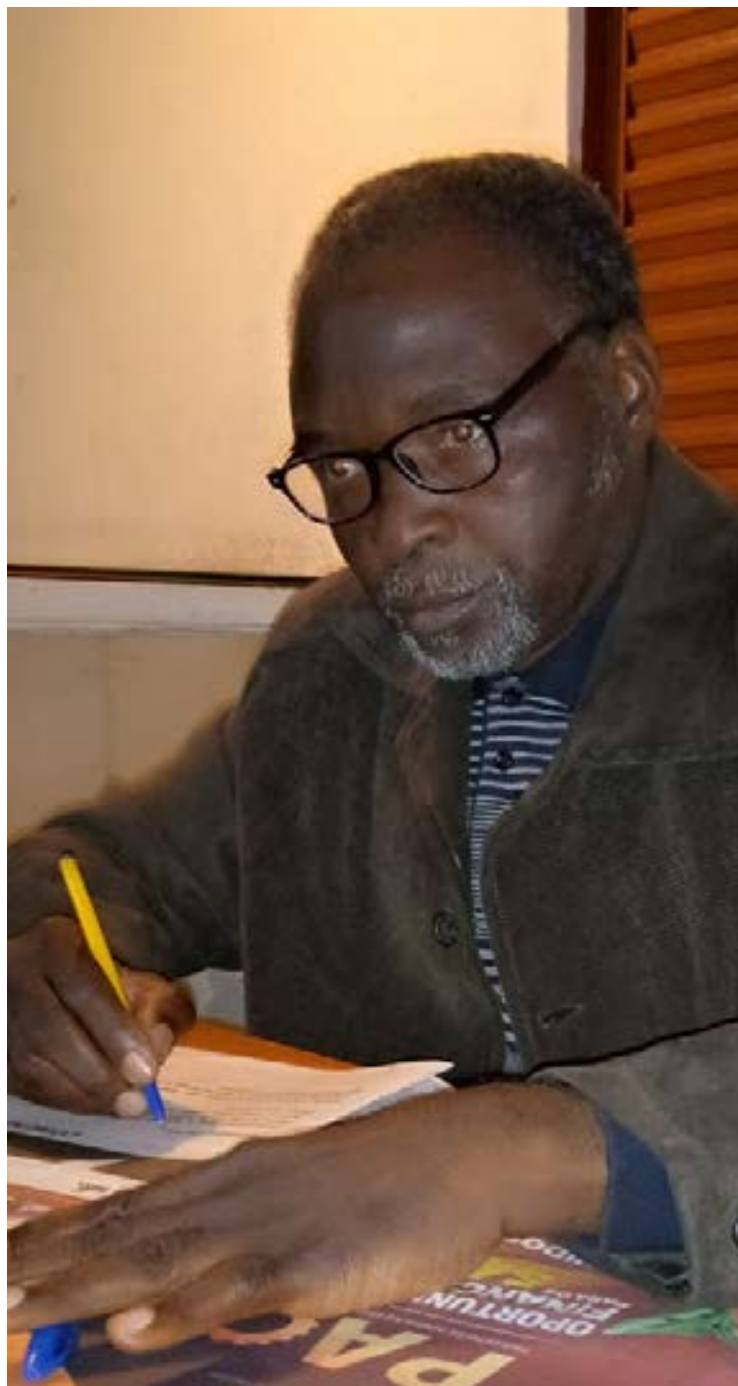
conclusão de que têm sido apreendidos valores, mas ainda assim escapa muito kwanza através das nossas fronteiras, sobretudo para a RDC. Esse dinheiro, ao ser reintroduzido no sistema financeiro, criaria um desastre na economia. Por isso é que a alteração da moeda é necessária e é urgente.

Sempre foi muito crítico à governação no Huambo...

Enquanto membro do comité provincial do MPLA que executa as políticas do comité central, fui tido como um indivíduo que antecipa as coisas. Mas aquilo que serve para se dizer no tempo frio não serve no tempo quente.

O que está a dizer?

A cobardia não altera nada. É por isso que sempre me posicionei do



Mário Mujetes © VE

hoje razão. Não devíamos embarcar nas práticas de corrupção que denunciava naquela altura.

E como avalia o desempenho da actual governadora?

O tempo diz-nos que temos de dar o benefício da dúvida. Pode ser que esteja a procurar adaptar-se. Aliás, conhecendo bem o Huambo e a pessoa que substituiu, precisamos de esperar. Mas, de todos os governadores que por aqui passaram, apenas João Baptista Kussumua estava a pegar no mapa da cidade traçado pelo português Norton de Matos e a realizar obras.

Que obras?

A cidade do Huambo há muito está infra-estruturada. Quem viesse para governá-la devia ter em conta a carta deixada pelo poder colonial, quanto à expansão urbana. Acontece, porém, que as pessoas fizeram o mais difícil, ou seja, descaracterizaram a estrutura arquitectónica.

Como?

Onde era o Jardim Zoológico foi erguido um condomínio. O perímetro florestal da Sacahala está destruído. Huambo já não é cidade ecológica, mas sim uma região que caminha veloz para a desertificação.

Mas os efeitos da guerra não entram nessa equação?

A guerra não entra no talhamento dos terrenos. O ruim da guerra foi que as zonas onde deviam ser instaladas fábricas militares foram vandalizadas. O bairro Militar deu lugar ao bairro do Peculato.

Peculato?

Sim, chamam-lhe mesmo bairro do Peculato por ter sido ali onde foram canalizados por ‘chico espertos’ os dinheiros resultantes do roubo do erário. É muito boa gente que anda à solta.

O Planalto Central ainda é uma região académica?

Tenho muita dificuldade em fazer essa avaliação porque hoje a periferia do Huambo é toda analfabeta. Se for ao município do Londuibali, dificilmente encontrará incentivos ao ensino. Jovens de 17 anos, que pelo menos deviam ter a sétima classe, deambulam pelas ruas sem fazer nada. Em muitos bairros da cidade, crianças com 11 anos não sabem pronunciar o seu nome. Num cenário desses não sonhemos, a breve trecho, com o desenvolvimento sustentável.

Perfil

Nascido em 1959 no bairro Santa Teresa, arredores da cidade do Huambo, é licenciado em Direito pela Universidade Agostinho Neto. Tido como uma ‘pedra no sapato’ na governação local, Marcos Chitanga revela que tem sido “levado a forçar a governação da província a primar por práticas mais consentâneas com os valores enunciados pelo direito público”. Gaba-se de ser “militante do MPLA desde 21 de Novembro de 1974”, numa altura em que “já tinha idade da razão”.

lado da denúncia das más práticas, do nepotismo e do amiguismo que foram tomando conta da governação local durante anos.

Foi por isso que foi expulso do MPLA em 2001?

Expulsão é o que ia na cabeça de uma pessoa.

De quem se trata?

Do então primeiro secretário do partido e governador Paulo Kassoma. Mas uma expulsão só pode ser decretada em reunião do comité central. Por isso cá estou como militante de primeira hora.

Já estão reconciliados?

Humanamente nunca andámos desencontrados. Politicamente sim! Continuamos desencontrados porque tudo o que alvorava me dá

Economia/política



ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DO GOVERNO PARA 2020, SEGUNDO ANALISTAS

Sustentabilidade da dívida, agricultura, petróleo, justiça...

ANÁLISE. Orçamento Geral do Estado para 2020 indicia enormes desafios, visto que canaliza grande parte das verbas para o pagamento da dívida e pouco ou quase nada para o investimento. Conclusão do plano de 2019 de licitação de blocos petrolíferos e o mercado cambial também constam dos principais desafios.

Por César Silveira

Olhando de forma mais sectorizada, e considerando a sua importância para a diversificação económica, a Agricultura é das áreas em que se esperam sempre grandes desafios. E o principal é o “aumento da produção”, segundo o empresário Victor Alves, salientando que este desafio só será vencido com “medidas sérias” que envolvam os pequenos produtores.

“Não são os grandes latifun-

diários que vão resolver o problema da produção, mas sim os pequenos, é preciso apostar-se em pequenas cooperativas com 10 e 15 hectares”, defendeu, para depois criticar algumas medidas que foram tomadas na tentativa de apoiar os pequenos agricultores como a entrega de tractores. “Para quê, se depois não têm combustível? Sabe o que acontece? Depois, vendem estes tractores a preço de pipoca para os grandes fazendeiros e são estes outra vez os que saem a ganhar”, argumenta, considerando “importante” que a banca esteja em condições de

acompanhar este desafio. “Não precisamos de ter 20 ou 30 bancos, mas sim de poucos bancos que operem verdadeiramente neste sentido”.

... E A BANCA

Assim, passam a constar, entre os desafios, a necessidade de o sector bancário dar provas da disponibilidade e capacidade para financiar o sector privado, sobretudo os projectos no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), depois do saldo de 2019 que os diversos especialistas consideram “desanimadores”.

266

O INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA do Consumidor incinerou hoje, no Bengo, 266 caixas de peixe em mau estado de conservação, apreendidas em estabelecimentos comerciais, na localidade do Sassa Cária, no Dande.

Dos oito bancos que respondem pelo programa, apenas quatro tinham financiamentos aprovados, num total de 13 projectos, em 89 solicitações registadas. Em termos monetários, foram aprovados apenas 9% (20,9 mil milhões de kwanzas) dos 229,7 mil milhões solicitados.

Os bancos comerciais contam também com o estabelecido pelas novas medidas do mercado cambial que entraram em vigor este mês. O Banco Nacional de Angola cessou a compra de divisas às petrolíferas, deixando que estas passem a comercializar directamente aos bancos. Na sequência desta decisão, o supervisor implementou medidas que obrigam aos bancos a novas estratégias e dinâmica na comercialização das divisas. Por exemplo, reduziu o limite da posição cambial dos bancos de 5% para 2,5%, assim como obriga os bancos a responderem, em cinco dias úteis, à solicitação de aquisição de divisas dos clientes.

No entanto, algumas vozes consideram que estas novas medidas cambiais vão exigir do BNA maior supervisão, visto que os bancos podem sentir-se forçados a violar algumas normas no sentido de cumprirem as novas exigências e aproveitar ao máximo a compra e venda de divisas. Alertam, inclusive, para a possibilidade de quadros bancários seniores canalizarem as divisas para o mercado informal.

Paralelamente ao desafio do mercado cambial, o BNA tem ainda o de assegurar a desvalorização da moeda a níveis que permitem o controlo da inflação, sobretudo com a introdução da nova família do kwanza prevista para o decurso do ano. Constatam ainda dos desafios da banca a conclusão com sucesso do processo de Avaliação da Qualidade dos Activos, cujo primeiro balanço indica que o Banco de Poupança e Crédito e o Banco Económico são os que têm maior necessidade de aumento de capital, representando 96% do total das necessidades de recapitalização face aos requisitos mínimos regulamentares em vigor. Um cenário que, entretanto, indicia esforço financeiro por parte do Governo pela posição de accionista principal que ocupa em qualquer uma das instituições de forma directa e ou indirecta.

CRESCIMENTO ECONÓMICO

Para o economista Carlos Vaz,

9%

do valor monetário foi aprovado dos 229,7 mil milhões que foram solicitados.

8

deste número, apenas quatro tinham financiamentos aprovados, num total de 13 projectos.

do Centro de Estudo da Universidade Católica, o grande desafio para este ano é a sustentabilidade da dívida pública. Ou seja, como pagar sem comprometer o crescimento económico. “A grande questão é esta. O Governo diz que consegue pagar a dívida este ano, eu não nego, mas o que fará para pagar sem comprometer o crescimento económico?”, questiona, para depois acrescentar que “este desafio (crescimento económico) é o segundo maior”.

O economista manifesta-se céptico, por outro lado, quanto à previsão do Governo de crescimento de 1,8% este ano, salientando não conseguir ver a fonte deste crescimento. “Nos últimos anos, o Governo sempre fez previsões de crescimento, mas normalmente acontece recessão. Se lembrar, os dados de 2019 indicavam que apenas a construção e, provavelmente, o comércio registaram crescimento. E quem é que promove o crescimento da construção são os investimentos públicos que, para este ano, quase não existirão. Portanto não consigo perspectivar a fonte deste crescimento, porque do petróleo não será”, analisa.

O economista justifica ainda o seu cepticismo com as “medidas contraccionistas” tomadas pelo Governo com o “aumento dos impostos” que diminuem o poder de compra dos agentes económicos.

Admitindo a possibilidade de se registar este crescimento, Carlos Vaz salienta que, “ape-

sar de bom, este crescimento de 1,8% é insuficiente para reverter os anos de recessão. Precisam-se de taxas de crescimento robustas, no mínimo de 3,2%”, sustenta.

LICITAÇÃO DE BLOCOS E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Um outro grande desafio para o país é a conclusão do programa de licitação dos blocos das bacias de Benguela e do Namibe. Previsto para 2019, apenas três dos 10 blocos receberam propostas. Assim, sete blocos juntam-se aos nove que estão previstos a serem licitados este ano na Estratégia Geral de Atribuição de Concessões Petrolíferas para o período 2019/2025, publicada em decreto presidencial na semana passada. A melhoria do ambiente de negócios, assim como ajustamentos na diplomacia económica, também fazem parte dos desafios elencados por diversos analistas consultados.

E OS TRIBUNAIS

Com o encerramento de 2019, em que a Procuradoria-Geral da República anunciou estar a reclamar mais de 4 mil milhões de dólares, nos tribunais, em nome do Estado, espera-se que novos processos de arresto de activos titulados por privados marquem os próximos 12 meses. Isabel dos Santos acabou por encerrar o ano, com o caso mais complexo, depois de ver todos os seus activos em Angola arrestados por ordem do Tribunal de Luanda, incluindo contas bancárias e participações em pelo menos nove empresas. A empresária tem-se defendido, entretanto, com comunicados e textos nas redes sociais, com o argumento de que o processo é politicamente motivado, tendo contestado os factos inscritos na sentença do Tribunal de Luanda que ditaram o arresto.

Paralelamente à disputa da titularidade de activos, prevê-se também que 2020 traga novos episódios dos processo-crime que se encontram na justiça, alguns dos quais já em julgamento, como é o ‘caso dos 500 milhões’ ou ainda o que envolve o ex-governador de Luanda, Higimo Carneiro, e o ex-director-geral do Grecima, Manuel Rabelais.

A disputa deve manter-se também no campo político, onde Adalberto Costa Júnior, o presidente da Unita, se tem destacado como crítico feroz do que ele considera um “combate selectivo à corrupção” ou na expressão que ficou célebre “uma guerra entre marimbondos”.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Mercados & Negócios

ACUSAM ARSEG E SUGEREM REVISÃO DA LEI

Mediadores de seguros acusam Portugal de violar lei da reciprocidade

SEGUROS. Responsável dos mediadores e correctores nacionais estende as culpas à Arseg por “nada fazer” em defesa dos angolanos que tentam operar em terras lusas. Sobre 2019 faz um balanço negativo, face “às violação dos direitos dos mediadores e correctores”.

Por Antunes Zongo

A Associação dos Mediadores e Correctores de Seguros de Angola (AMSA) acusa Lisboa de violar o princípio da “reciprocidade” por alegadamente estar a criar “subterfúgios” que visam a “rejeição” dos operadores angolanos em Portugal.

O Decreto Executivo de 2003, de 24 de Janeiro, permite a mediação de seguros a entidades singulares e colectivas que residam em Angola num período não inferior a cinco anos, e cujos países também aceitem que operadores angolanos actuem em seus solos. O diploma legal que regula o mercado segurador português também abre espaço para players estrangeiros, desde que os seus países também aceitem os operadores lusos.

No entanto, os portugueses “têm sido os únicos beneficiários” da reciprocidade, segundo Celestino Pelé, presidente do conselho de administração da AMSA.

Embora não arrisque assegurar que não haja nenhum angolano na mediação de seguros em Portugal, o líder associativo acredita que, se houver, o número não ultrapassa aos dois. “Na qualidade de PCA da AMSA, recebo inúmeras informações. E todos os operadores associados que já tentaram investir no mercado português, e com os quais abordo a questão, se queixam da carga burocrática criada com o propósito claro de rejeitar os angolanos. Mas sem ser preciso colocar uma lupa, notamos haver muitos portugueses a exercerem à vontade a actividade em Angola”, critica.

Celestino Pelé esclarece que a “carga burocrática” não passa pela exigência de documentação “difícil de se conseguir”, mas por “meras voltas que se dão aos requerentes, como por exemplo, ‘vem amanhã, ainda não há vaga, o espaço já foi ocupado’ e entre outras alegações”, que têm levado à desistência dos pretendentes angolanos.

O presidente da AMSA rejeita a ideia de ser por suposta falta de competência dos angolanos que as autoridades portuguesas criam barreiras. E responsabiliza a Agência Reguladora de Seguros (Arseg) pela situação dos operadores angolanos em Portugal, não



Celestino Pelé,
PCA da Amsa

só por “nada fazer” em defesa dos mesmos, mas também por permitir a continuidade de uma lei, que, em sua análise, está ultrapassada.

O líder associativo propõe a criação de um censo para se apurar a quantidade de mediadores angolanos a operar em Portugal, além de uma comissão para “encontrar um melhor modelo” de reciprocidade.

Mas sobre denúncias, a AMSA não se fica por aqui. Afirmo também que existem seguradoras angolanas e estrangeiras, administradas por portugueses, que “difícilmente firmam acordos”

com mediadores ou correctores angolanos, mas que o fazem “com bastante facilidade com operadores” lusos.

PERSPECTIVA PARA 2020

Peremptório, Celestino Pelé faz um balanço negativo sobre o sector em relação ao ano transacto, face à “violação dos direitos dos mediadores e correctores por parte das seguradoras”, bem como “a pouca atenção” do regulador em matéria de mediação.

Apesar de a alteração da lei do mercado de seguros fazer parte da agenda governamental, o técnico,

MEMORIZE

● “A figura do mediador foi criada para trabalhar com várias seguradoras, porque, do ponto de vista conceptual e prático, as companhias são incapazes de criar produtos, ao mesmo tempo vender e fazer uma assistência personalizada ao segurado. Somente o mediador está habilitado para isso”, explica Celestino Pelé,

que não deixa de se manifestar inconformado por não ter sido levado em conta na recolha de contribuições para a modificação do diploma, espera que a lei seja mesmo alterada em 2020, e sugere a criação de uma escola nacional de certificação dos mediadores.

A criação da escola visa, por um lado, segundo o proponente, reduzir a carga que actualmente se assiste às seguradoras, na qualidade de responsáveis dessas formações, mas também para eliminar a dependência dos recém-formados às seguradoras que os formam. Ou seja, muitas companhias exigem que os operadores que formam trabalhem exclusivamente para elas, em períodos que em muitos casos, ultrapassam os três anos. “A figura do mediador foi criada para trabalhar com várias seguradoras, porque, do ponto de vista conceptual e prático, as companhias são incapazes de criar produtos, ao mesmo tempo vender e fazer uma assistência personalizada ao segurado. Somente o mediador está habilitado para isso”, explica Celestino Pelé, que, entretanto, insiste no afastamento da banca do mercado dos seguros.



A EMPRESA ANGOLA CABLES, ligada ao sector das telecomunicações, e a 'Companhia de Telecomunicações' de Macau, assinaram um memorando de entendimento, com vista à melhoria das oportunidades digitais de negócios entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o Brasil.

Mário Marques © VE



Fernando Solinho,
CEO da Sal do Sol

FACE À AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO SECTOR

Sal do Sol vende apenas 40% do que produz

MERCADO SALINEIRO. Empreendimento criado em 1993 pode encerrar, caso os constrangimentos dos últimos cinco anos continuem em 2020. CEO da empresa apela ao Governo a contactar a Associação dos Produtores e Transformadores de Sal de Angola, sempre que tencione importar o produto, para não inundar o mercado.

Por Antunes Zongo

A empresa Sal do Sol, com sede no Namibe, vende apenas 40% da quantidade de sal que produz anualmente, segundo Fernando Solinho, CEO da entidade.

Ao VALOR, o gestor justifica-se com o “mau estado das vias”, bem como a “inexistência de cabotagem” para o escoamento por via marítima.

Para ultrapassar essa situação que dificulta o desempenho das empresas do sector, Fernando Solinho sugere mais esforço do

Governo na reabilitação das vias rodoviárias, a reactivação de cabotagem com pequenos barcos com a capacidade de pelo menos 500 toneladas, além da redução da inflação para um dígito. “Já me bati junto do Ministério dos Transportes, para que se arrandassem barças, em alternativa à extinta Cabotangue, mas, infelizmente, aqui nada se fez”, lamenta Fernando Solinho. O gestor admite mesmo poder vir a “desistir do empreendimento” que criou em 1993, caso a realidade não altere em 2020.

Nas contas de Solinho, a companhia só “sobrevive por ter uma gestão cuidadosa e realista”, destacando não ser fácil “vender menos de 60% da produção e manter os compromissos em dia, nomeada-

mente salários que rondam os seis milhões de kwanzas/mês, 13.º mês durante o final de cada ano, e os impostos previstos por lei”.

A Sal do Sol, que emprega 101 pessoas, 23 das quais do sexo feminino, tem capacidade instalada para produzir seis mil toneladas de sal por ano, mas, por precaução, em resultado dos constrangimentos, tem tido uma produção inferior a cinco mil toneladas. Em 2018, por exemplo, a empresa produziu 4.100 toneladas, tendo no ano seguinte aumentado a produção em pouco mais de 9% para 4.500 toneladas.

A venda de 2018 resultou numa facturação de 150 milhões de kwanzas, sendo que, com a comercialização de 2019, a companhia arrecadou 200 milhões de kwanzas.

Apesar da subida das vendas, a Sal do Sol tem um stock com mais de 8.745 toneladas resultantes da produção de mais de dois anos, face ao “difícil acesso” aos mercados. Para reduzir essa dificuldade, a empresa optou por eleger Luanda, que já representa 50% do volume de negócios, como plataforma de distribuição para outros mercados.

Diferente de outros players do sector, que defendem o fim da importação do sal, por alegadamente haver quantidades suficientes para o consumo interno, Fernando Solinho apela ao Governo a contactar a Associação dos Produtores e Transformadores de Sal de Angola, sempre que tencione importar o produto, para não “inundar o mercado”.

NO CUNENE

Empresa de águas factura 88,2 milhões de kwanzas

A Empresa de Águas e Saneamento, na província do Cunene, registou um aumento na facturação de 211%, para 88,2 milhões de kwanzas, em 2019. No período homólogo, a companhia arrecadou 28,3 milhões de kwanzas. À imprensa, o presidente do conselho de administração da empresa, Domingos Agostinho, justifica o aumento com a “consciençialização dos consumidores no pagamento” mensal do produto, bem como a emissão de 1.807 novos contratos.

A água consumida no Cunene é oriunda do rio com o mesmo nome, e chega aos consumidores por via da conduta adutora Xangongo/Ondjiva, numa extensão de 97 quilómetros. Ao longo da extensão, estão construídos mais 59 charfarizes, dos quais beneficiam cerca de 110.604 munícipes de diferentes localidades.

Para este ano, a empresa perspectiva a expansão da rede de distribuição de água, com mais de seis mil novas ligações domiciliares, em Ondjiva.

A Empresa de Águas e Saneamento opera no Cunene desde 2015, dispõe de um centro de capacitação, tratamento e distribuição no Xangongo e conta com cerca de nove mil clientes.



Mercados & Negócios

RISCO DE “NECOGIATAS” EM CAUSA

Analistas questionam interesse da Sonangol nas participações da Oi



Gaspar Martins,
PCA da Sonangol

TELECOMUNICAÇÕES. Depois de vários meses em silêncio perante informações dando conta do seu interesse, Sonangol confirma intenção de ficar com os 25% da brasileira na Unitel. Economista fala na possibilidade de o negócio vir a beneficiar interesses privados.

Por Fernando Francisco

A

confirmação do interesse da Sonangol em adquirir os 25% da Oi na Unitel tem estado a provocar diferentes

leituras em virtude de a Sonangol também ter os seus 25% na telefonia entre os activos por vender.

O economista Sapalo António entende que o interesse da Sonangol pode provocar diferentes leituras entre as quais a “possibilidade de determinado grupo de interesse vir a ficar, no

futuro, com os 50% que passariam a ser da Sonangol”.

“Vamos perceber melhor no futuro. Eu sou de opinião que, antes de avançar-se para a privatização, se deveria fazer um inquérito para apurar como os diversos accionistas se tornaram accionistas da empresa. Depois é preciso ver se mesmo as acções da Oi foram pagas no verdadeiro sentido”, alertou.

Por seu turno, o empresário Bartolomeu Dias diz tratar-se de um negócio “contraditório”, considerando a possibilidade de se estar perante “uma jogada” que deve merecer atenção de todos. “Este negócio só seria compreensível se, à partida, se adivesse vantagem comercial para a Sonangol. Ou seja,

se comprasse as acções da Oi por um valor que lhe garantisse lucros com a venda”, defende. O empresário acrescenta que, se ao contrário da vantagem comercial, o negócio deixar o dinheiro investido imobilizado por muito tempo, alguém tem de pagar o Estado por isso. “Quem vai pagar por este período que os valores vão permanecer imobilizados?”, questionou para depois alertar para os riscos de possíveis negociações. “Se for para depois entregar a um empresário como estamos a ouvir, não há lei que vá proteger este negócio, amanhã também se vai anular este negócio”, antecipa.

No entanto, um distinto empresário que não quis ser identificado diz “entender cla-

3

Mil milhões de USD, indemnização que a Oi havia reclamado dos accionistas angolanos.

ramente a intenção da Sonangol em tentar adquirir as participações da Oi”, por tratar-se de uma “estratégia para posicionar-se como maioritária e seguidamente ter outro posicionamento tanto na privatização dos activos, como nas negociações com os outros accionistas”. “Depois

a vantagem ou não do negócio será vista nos termos dos acordos. Se a Sonangol herda o passivo que depois lhe obrigaria às indemnizações que foram decretadas pelo Tribunal de Paris ou não”, observa.

Depois de vários meses em silêncio perante informações que davam conta do interesse da petrolífera nas participações da Oi, o PCA da Sonangol, Gaspar Martins, confirmou, na semana passada, que a empresa está a analisar a possibilidade de comprar a posição, mas acrescentando estar tudo dependente da decisão final do Tribunal Arbitral de Paris.

O caso em tribunal é referente à reclamação pela Oi de indemnizações no valor de 654,2 milhões de dólares por não recebimento dos dividendos em tempo oportuno. Em Fevereiro de 2019, o Tribunal de Paris condenou os outros accionistas a pagarem 654,2 milhões de dólares contra os cerca de três mil milhões de dólares reclamados pela operadora brasileira.

No entanto, em Agosto, um Acórdão do Supremo Administrativo de Luanda recusa a transmissão indireta da participação da PT na Unitel para a Oi. O Tribunal que se pronunciou no âmbito de uma providência cautelar interposta pelas sociedades Geni, Mercury e Vidatel – que em conjunto detêm 75% do capital social da Unitel – contra a PT Ventures – que detêm 25% da operadora angolana – considera que “as requerentes podem invocar o direito de preferência, que entende, aliás, estar protegido por lei e pelo acordo parassocial”.

“As acções da Unitel não podem ser integradas como activo no processo de fusão da requerida com a Oi, que não mudem de titular, o que irá acontecer com o processo de fusão, razão por que solicitaram ao tribunal que intimasse a requerida para que se abstivesse de integrar as acções de que é titular na Unitel», considera. A companhia passou a accionista da Unitel na sequência da compra, em 2016, da Portugal Telecom, accionista fundador da companhia de telecomunicações.

O grupo Oi está sujeito a um processo judicial de recuperação empresarial, pelo que tem procurado vender alguns activos e, entre os quais, está a participação na Unitel, que previa finalizar até ao final de 2019 e angariar cerca de 1000 milhões de dólares com a venda.



BRILHAMOS MAIS CONSIGO. BOAS FESTAS.

Que esta relação de confiança perdure por muitos e bons anos, para continuarmos a celebrar juntos cada momento. Desejamos-lhe um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, com o Banco BIC e o BIC Seguros sempre ao seu lado.

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos



BIC Seguros
Seguramente Juntos

(In)formalizando

HÁ CADA VEZ MAIS OFERTAS NOS BAIRROS DE LUANDA

Pequenas lavandarias, bons negócios

SERVIÇOS. Montar uma lavandaria é, hoje em dia, muito mais fácil e simples do que era há alguns anos. Surgimento de máquinas de lavar e secar completamente automáticas simplificou a gestão deste tipo de negócios. Proprietários contam ao VE os passos, as dificuldades e os caminhos para o sucesso do negócio.

Por Raimundo Ngunza

No passado mais recente, as lavandarias só existiam no asfalto, ou seja, nas zonas ditas nobres da cidade. Hoje, no caso de Luanda, estas casas de prestação de serviços podem ser encontradas em toda a parte, incluindo em zonas de difícil acesso. Umas com condições precárias e outras com equipamento de última geração, certo é que todos possuem a mesma designação: lavandaria.

O VALOR foi à procura de histórias de sucesso destes pequenos empreendedores e a primeira paragem foi na lavandaria 'Muzembo e Irmãos', na avenida Hoji ya Henda. Aqui, Carmelo Mucanda, um dos proprietários do estabelecimento, conta que a ideia de criar uma lavandaria surgiu em 2013 quando trabalhava com o tio no bairro Terra Nova. Com a experiência adquirida de cinco anos (2013-2018), associou-se ao irmão e criou a lavandaria que existe há dois anos.

Mas Mucanda e o irmão não avançaram sem ajuda de um banco. Recorreram a um empréstimo de 460 mil kwanzas no Banco Sol e avançaram. Passados dois anos, as



Uma lavandaria, ao contrário do que se possa pensar, não serve apenas para lavar e engomar roupas.

queixas estão concentradas nos preços altos dos materiais e equipamentos de trabalho, como a máquina de lavar e os ferros de engomar.

Com os impostos em dia, a lavandaria possui quatro funcionários e os proprietários já pensam em expandir-se para um bairro "de muita densidade populacional", o que deverá exigir mais um investimento na ordem dos 1,5 milhões de kwanzas. "Nesta altura, estou a pagar o crédito que pedi", conclui Carmelo Mucanda.

Sobre a facturação actual,

Mucanda tem os números na ponta da língua: entre 10 e 15 mil kwanzas por dia.

O jovem empreendedor aconselha quem deseja começar um negócio a não desistir dos objetivos. "Focar nas prioridades, nas áreas em que possui maior domínio e os lucros virão por acréscimo", confia Carmelo Mucanda.

Uma lavandaria, ao contrário do que se possa pensar, não serve apenas para lavar e engomar roupas, existem outros tipos de serviços como costura e alguns conselha-

mentos como se deve conservar determinadas peças de roupas. Quem o afirma é Ruth Sango, proprietária da lavandaria 'Maravilhosa Graça', na zona da B7, no bairro Rangel. Segundo conta, nunca foi seu sonho ter uma lavandaria, apesar de trabalhar nesta área desde 2010. A 'aventura' começou na área de embalagem, passou pelas entregas, saltou para o caixa, transferiu-se para vigilante até chegar a gerente de uma lavandaria. Com a experiência e já com alguns recursos financeiros guardados, Ruth

Sango resolveu transformar parte do quintal da sua residência numa lavandaria de referência no bairro há dois anos. Mas não foi fácil. Apesar de começar com preços promocionais, a proprietária conta que, no princípio, foi difícil conquistar clientes que "são muito exigentes". Hoje, entretanto, já conta com uma carteira de 80 "clientes fiéis". Os preços variam conforme a exigência das peças. Os vestidos de noivas, "por serem frágeis," são os mais caros na lavagem, chegando o tratamento a custar 150 mil kwanzas, o que acontece de forma excepcional já que a facturação média mensal ronda os 300 mil kwanzas.

Ruth Sango ainda tem por regularizar alguns documentos, mas garante ter todos os impostos pagos, empregando actualmente três funcionárias. Com a empreitada calculada entre três e quatro milhões de kwanzas, os planos passam por melhorar e ampliar o negócio, passo que está a ser antecedido de uma avaliação às melhores políticas dos bancos na concessão de crédito.

Para Ruth Sango, as lavandarias prestam um serviço de "valor acrescentado", já que aumentam o emprego e "melhoram a qualidade de vida" de quem recorre a estes serviços. "É um bom negócio", remata.

André Neves, por sua vez, trocou a música para investir na área de prestação de serviços. Com 60 anos, o antigo músico de intervenção social criou uma pequena lavandaria e o seu desejo é melhorar o empreendimento, mas debate-se com as dificuldades de acesso ao crédito bancário. Com três funcionários, o proprietário necessita de um milhão de kwanzas e conta ter batido à porta de vários bancos, mas as respostas foram sempre negativas. Mesmo com dificuldades, dispõe de vários clientes, arrecadando 80 mil kwanzas por mês.

Na rua 50 do bairro Kassequel do Buraco, há a lavandaria Casa Maravilha. Aqui, o espaço é arrendado e o negócio foi montado em 2015 por dois irmãos que viram a oportunidade de empreender. A zona tem muita poeira devido à circulação automóvel, o que torna desafiante a conservação das roupas, mas os proprietários asseguram que as condições "são razoáveis". E acreditam em dias melhores, para superarem a fasquia dos 60 mil kwanzas de facturação mensal.

UNITTEL

FUN

MAIS COR NO TEU NATAL

REDE **3G** MEMÓRIA INTERNA **128MB/64MB**

SUporta cartão de memória até **32GB**

LANTERNA, BLUETOOTH,
JOGOS, 5 CORES



Este
Natal
liga mais
às pessoas

UNITTEL

Campanha limitada ao stock existente, até 15 de Janeiro de 2020.

www.unitel.ao

DE JURE



O valor serviria de garantia para a capitalização de um fundo de investimento que aportaria, pelo menos, até 30 mil milhões de dólares à economia.

CASO '500 MILHÕES'

Julgamento retoma na terça-feira

AUDIÇÃO. Processo vai continuar na fase da produção da prova com a audição do ex-ministro das Finanças e do governador do Banco Nacional de Angola.

O julgamento do alcuñado 'caso 500 milhões' retoma amanhã, terça-feira (14), na Câmara Criminal do Tribunal Supremo.

Após suspensão no período da quadra festiva, o julgamento continuará na fase da produção da prova com a audição, como testemunhas, do ex-ministro das Finanças, Archer Mangureira, e do governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano.

Como testemunhas, poderão ser também ouvidos, na mesma sessão, o subdirector do gabinete

MEMORIZE

- O caso remonta a 2017 e relaciona-se com uma alegada transferência ilegal de 500 milhões USD para Londres que visaria a capitalização de um fundo de investimento.

jurídico do BNA, Álvaro Pereira, e o assessor económico do ex-governador do BNA, João dos Santos Ebo.

Sobre Valter Filipe, ex-governador do BNA, pesam acusações de peculato, branqueamento de capitais e burla por fraude, os mesmos crimes de que é acusado o ex-director do departamento de gestão de reserva do

BNA, Manuel Bule. José Filomeno dos Santos, ex-presidente do Fundo Soberano de Angola, e Jorge Sebastião, por sua vez, repondem pela acusação de burla por fraude, tráfico de influência e branqueamento de capitais.

O caso remonta a 2017 e relaciona-se com uma alegada transferência ilegal de 500 milhões de dólares para um banco em Londres que visaria a capitalização de um fundo de investimento que aportaria, pelo menos, até 30 mil milhões de dólares à economia nacional.

Nas sessões de audição dos réus, todos rejeitaram os crimes de que são acusados e contestaram a tese da ilegalidade da operação.

NO TRIBUNAL DE LONDRES

Banco VTB processa Moçambique

O VTB Capital, banco de investimento do grupo russo VTB, abriu uma acção judicial no Tribunal Comercial de Londres contra Moçambique e a MAM a 23 de dezembro, disse fonte do tribunal à agência Lusa.

O VTB Capital, detido maioritariamente pela Rússia, foi um dos bancos, juntamente com o Credit Suisse, envolvidos no caso das dívidas ocultas nas empresas públicas EMATUM, Proindicus e MAM, no valor de 2,2 mil milhões de dólares.

No mesmo tribunal londrino, encontram-se em julgamento duas outras acções, abertas pela Procuradoria-Geral de Moçambique no Tribunal Comercial de Londres contra o banco de investimento Credit Suisse que abrangem 10 arguidos e entidades, mas que não mencionam o VTB Capital.

Segundo a mesma fonte judicial, estas encontram-se suspensas, aguardando desenvolvimentos depois de uma primeira audiência a 7 de Novembro do ano passado. Em 2014 o banco russo deu um empréstimo de 535 milhões de dólares à empresa pública Mozambique Asset Management, com garan-

tia estatal mas sem a inclusão deste valor nas contas públicas e sem ser anunciado publicamente.

O empréstimo de 535 milhões de dólares do VTB à MAM junta-se a outro, organizado pelo Credit Suisse e que teve como beneficiário a empresa pública Proindicus, no valor de 622 milhões de dólares, igualmente com garantia estatal e à margem das contas públicas e do conhecimento dos doadores internacionais.

A divulgação destes empréstimos, em Abril de 2016, precipitou o país para uma crise económica e financeira que ditou o afastamento dos mercados internacionais e o abrandamento do crescimento para os valores mais baixos deste século, para além de uma degradação do 'rating' para Incumprimento Financeiro pelas três maiores agências de notação financeira.

Além disso, anos depois, originou um conjunto de acções judiciais, entre as quais a detenção do antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, e de personalidades ligadas ao então Presidente Armando Guebuza.

O governo dos EUA quer julgar, no mesmo processo, Manuel Chang e o antigo director dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado de Moçambique, António Carlos do Rosário.



VIVA O MELHOR DO NATAL EM FAMÍLIA!

zäp

na compra da
zäp
BOX HD

Oferta
Tá fácil
Max
7 dias



NA COMPRA DA **ZAP BOX HD**
OFERTA DO TÁ FÁCIL MAX 7 DIAS COM MAIS DE 90 CANAIS

APOIO AO CLIENTE:
935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

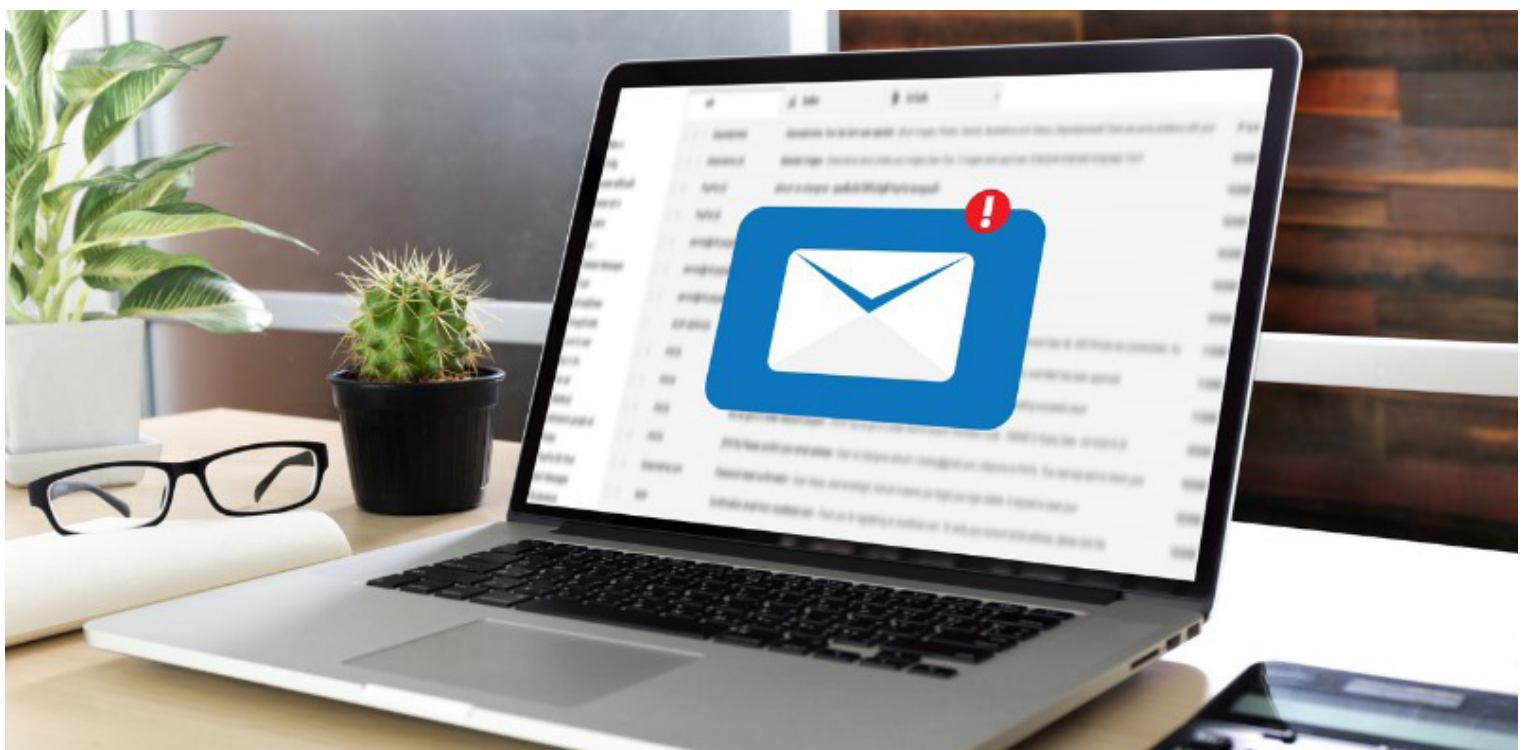
CAMPANHA LIMITADA AO STOCK EXISTENTE

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: www.zap.co.ao

ETIQUETA NO USO DO EMAIL

15 Regras que todo o profissional deve saber

INTERNET. Devido ao grande volume de mensagens que lemos e escrevemos, estamos propensos a cometer erros embaraçosos, e esses podem ter sérias conseqüências. Por isso, a oradora e coach americana Barbara Pachter trouxe no livro 'The Essentials of Business Etiquette' descreve o básico no uso do email.



1 Inclua uma linha de assunto clara e directa.
Exemplos de uma boa linha de assunto incluem 'Data da alteração da reunião', 'Pergunta rápida sobre a apresentação' ou 'Sugestões para a proposta'. As pessoas geralmente decidem se devem abrir um email com base no assunto.

● **2 Use um email profissional.**
Se trabalha para uma empresa, deve usar um email institucional. Se usa uma conta pessoal para trabalho, Pachter recomenda cuidado na escolha desse endereço. Defende o uso de email que transmita o seu nome para que o destinatário saiba exactamente quem está a enviar o email. Nunca use email que não seja apropriado para uso no local de trabalho, como "babygirl @ ..." ou "beerlover @ ...".

● **3 Pense duas vezes antes de clicar em "responder a todos".**
Para a especialista, "ninguém quer ler emails de 20 pessoas que não têm nada que ver com eles. Sugere evitar responder "a todos", a menos que você realmente pense que todos na lista precisam de receber o email.

● **4 Forneça ao seu leitor algumas informações sobre si.**
"Geralmente, isso indica o seu nome completo, cargo, nome da empresa e as informações de contacto, incluindo um número de telefone. Também pode adicionar um pouco de publicidade pessoal, mas sem exagerar.

● **5 Use a mesma fonte, tamanho e cor do restante do email.**

● **6 Use saudações profissionais.**
Não use expressões descontraídas e coloquiais como "Ei, pessoal", "Ei" ou "Olá pessoal". Justifica-se, salientando que "a natureza descontraída de nossos escritos não deve afectar a saudação num email".

● **7 Use pontos de exclamação com moderação.**
Se optar por usar um ponto de exclamação, use apenas um para transmitir entusiasmo. "As pessoas, às vezes, empolgam-se e colocam vários pontos de exclamação no final das frases. O resultado pode parecer muito emocional ou imaturo", argumenta a especialista.

● **8 Seja cauteloso com humor.**
O humor pode facilmente perder-se na tradução sem o tom certo ou expressões faciais. Numa troca profissional, é melhor deixar o humor sem emails, a menos que conheça bem o destinatário. Além disso, algo que acha engraçado pode não ser engraçado para outra pessoa, alerta Pachter.

● **9 Responda aos emails, mesmo que não tenha sido destinado a si.**
É difícil responder a todas as mensagens, mas deve tentar. Isso inclui quando o email foi acidentalmente enviado, especialmente se o remetente estiver à espera de

uma resposta. Uma resposta não é necessária, mas serve como boa etiqueta.

● **10 Faça revisão de todas as mensagens.**
Os erros não passarão despercebidos pelos destinatários e, dependendo do destinatário, pode ser julgado pelos erros. Não confie na verificação ortográfica. Leia e releia o email antes de o enviar.

● **11 Adicione o endereço de email por último.**
Para evitar enviar um email acidentalmente antes de terminar de escrever.

● **12 Verifique novamente se seleccionou o destinatário correcto.**
Sugere muita atenção ao digitar um nome do catálogo de endereços na linha "Para" do email. "É fácil seleccionar o nome errado, o que pode ser embaraçoso".

● **13 Mantenha as fontes clássicas.**
Purple Comic Sans tem um

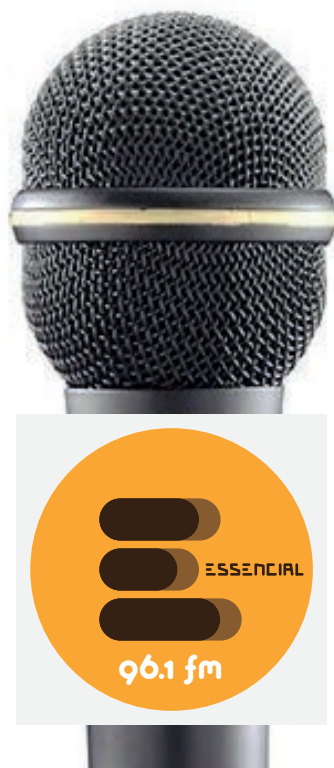
tempo e um lugar (talvez?), Mas, para correspondência comercial, mantenha as fontes, cores e tamanhos clássicos. A regra principal: os emails devem ser fáceis para outras pessoas. "Geralmente, é melhor usar o tipo de 10 ou 12 pontos e uma fonte de fácil leitura, como Arial, Calibri ou Times New Roman", recomenda Pachter. Quanto à cor, o preto é a escolha mais segura.

● **14 Mantenha o controlo do tom.**
Assim como as piadas se perdem na tradução, é fácil interpretar o tom sem o contexto que obteria das sugestões vocais e das expressões faciais. Consequentemente, é fácil parecer mais abrupto do que o planeado.

● **15 Nada é confidencial, então escreva correctamente.**
A especialista recorda que toda a mensagem electrónica deixa um rastro. "Uma directriz básica é assumir que outras pessoas verão o que escreve", aconselha.

QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Gestão do Conhecimento Organizacional e Gestão de Pessoas



Edivado João,
Consultant EY,
People Advisory
Services



Marta Santos,
Executive Director
EY, People Advisory
Services

De acordo com o relatório da OCDE (2014), relativo ao Fórum Global sobre a Economia do Conhecimento, não existem dúvidas de que estamos a viver a era da economia baseada no conhecimento. Na verdade, o conhecimento desempenha um papel fundamental para o alcance da vantagem competitiva sustentável quer para as Organizações como para as próprias nações.

A crescente importância do conhecimento deu origem ao aparecimento de um novo campo de estudo, a Gestão do Conhecimento Organizacional (GCO).

O prémio MAKE – Most Admired Knowledge Enterprise (Empresas mais admiradas pelo conhecimento), promovido pela Teleos, é atribuído às empresas que mais se destacam na área da GCO. A edição de 2017 destaca algumas empresas de renome como a APPLE, a GE, a GOOGLE, a LEGO ou a SAP. O estudo avalia as empresas em dimensões como: a criação de culturas organizacionais orientadas para o conhecimento, o desenvolvimento de trabalhadores e líderes do conhecimento, a inovação, a maximização do capital intelectual da empresa, a gestão do conhecimento possuído pelos clientes, a transformação do conhecimento organizacional em valor para o cliente, a colaboração, a partilha de conhecimento na organização e ainda a aposta na aprendizagem organizacional.

Outro estudo relevante nesta temática é o da Knowman. O estudo de 2019, no qual participaram 114 empresas portuguesas e 39 empresas espanholas, de diversos sectores, revela que 98 das empresas inquiridas admitem estar despertas para a GCO.

No contexto angolano a Gestão do Conhecimento Organizacional assume uma importância fundamental num contexto onde há ainda lacunas em termos de competências e em que a necessidade de diversificação econó-

mica e de crescimento sustentado das empresas é um imperativo.

As dimensões consideradas nos estudos referidos são claramente maioritariamente ligadas à Gestão de Recursos Humanos, que deve alavancar a Gestão do Conhecimento Organizacional, nomeadamente através de:

- * Fomento de uma cultura de comunicação, de inovação e de partilha;

- * Práticas de Recrutamento e Selecção que contribuam para a aquisição de conhecimento chave para as Organizações;

- * Planos de desenvolvimento de talento e de retenção que contribuam para promover a motivação e reter o conhecimento chave na Organização;

- * Planos de recompensas atractivos, associados ao mérito e ao desenvolvimento profissional e pessoal;

- * Promoção do trabalho em equipa, da colaboração e da liderança;

- * Criação de programas efectivos de transferência de conhecimento;

A Gestão do Conhecimento tornou-se um factor chave para as organizações que pretendem de forma sustentada ser competitivas na sua estratégia de crescimento. Tendo obviamente uma vertente significativa ligada à tecnologia e à inovação, para gerir conhecimento é também fundamental gerir Pessoas.



Nova década, novas competências!



Patrícia Vicente,
Manager EY,
People Advisory
Services

E entrámos numa nova década. 2020 chegou tão rápido como o ritmo da transformação digital que temos vindo a acompanhar. Um ritmo frenético de mudança, com uma visão centrada no digital, no automatismo e claramente centrada no futuro. O foco deixou de ser o hoje. Se a última década foi de aceleração tecnológica, aquela na qual acabámos de entrar claramente não sofrerá um abrandamento, muito pelo contrário! Os próximos anos esperam ainda mais transformações com impacto nas pessoas, nos resultados, na agilidade dos processos e no nível de eficácia de resposta das empresas.

Um estudo recente da Udemy, plataforma de e-learning, mostrou-nos exactamente isso, nomeadamente nas competências que as empresas mais vão procurar em 2020. Quando analisamos as competências técnicas com maior procura, naturalmente encontramos aquelas que vão dar resposta à transformação digital e ao crescimento tecnológico que estamos a acompanhar. Inteligência artificial, programação web e data analytics são as competências técnicas e tecnológicas que vão cada vez mais fazer parte da maior parte das empresas e que estas vão procurar captar no

ano em que agora entrámos. Logicamente, estas competências acabam por estar intimamente ligadas aos desafios actuais das empresas e às funções para os suportar.

Por outro lado, as skills comportamentais ganham também mais importância nesta fase. A existência de espaços de trabalho onde se encaixam diferentes gerações, a cada vez maior diversidade da força de trabalho e a mudança do paradigma de trabalho exigem competências comportamentais que acompanhem este crescimento e, potenciando a evolução intelectual. O mindset de crescimento, a criatividade e foco estão no topo da lista das competências mais procuradas em 2020. É cada vez mais importante a adopção de comportamentos diferenciadores e facilitadores da mudança, que promovam o crescimento das pessoas e das organizações, num processo de evolução e aprendizagem contínuo.

Com a entrada no novo ano e numa nova década, são feitos balanços, análises e perspectivas a vários níveis, no sentido de garantir a preparação necessária para o futuro das empresas a médio prazo, conseguindo assim antecipar necessidades de recursos ou serviços, fruto de mudanças tecnológicas, carências do mercado, não esquecendo, claro, o contexto económico.

A capacidade de as organizações se ajustarem às mutações do mercado vai necessariamente permanecer. A mudança faz hoje parte das empresas e das pessoas como processo natural, permanente e necessário. A revisão de competências, necessidades e ferramentas são hoje imperativos para dar resposta às exigências do mercado e da conjuntura em que nos encontramos.

“Os governos continuarão a desempenhar um papel importante, mas as parcerias com o sector privado são essenciais para se atingirem as metas de saúde. Esta frente é muito promissora.”

Cumprir a promessa da saúde africana



Biju Mohandas

Há muito que se conhece o importante impacto da qualidade e acessibilidade dos cuidados sanitários sobre o bem-estar económico e emocional de sociedades inteiras. Os 54 países que formam o continente africano não são diferentes. Como muitos dos seus homólogos em mercados emergentes, estes países foram assolados por uma combinação de incidência elevada de doenças e de insuficiência de recursos para enfrentar as necessidades de saúde. Mas depois de dez anos em que foram mobilizados mais de 300 milhões de dólares para prestadores de cuidados de saúde em vários países africanos, é preciso estar cautelosamente optimista quanto ao aparecimento de uma transformação.

A transformação dos cuidados de saúde do continente é impedida por quatro elementos essenciais: esforços governamentais para alcançar a universalidade dos cuidados de saúde, consolidação (liderada pelo mercado) dos prestadores de cuidados de saúde, investidores importantes de capitais privados e tecnologia digital.

Em geral, os líderes políticos da África Subsariana concordam que o seguro garantido pelo Estado é a base da universalidade dos cuidados de saúde. No Gana, Quênia, Nigéria, Ruanda e África do Sul, pelo menos 60 milhões de pessoas possuem hoje alguma forma de seguro de saúde, segundo dados dos ministérios da Saúde e uma análise global dos mercados seguradores da África Subsariana de 2018. Este número deverá crescer de forma significativa. À medida que os

governos reinventam a sua função, passando de prestadores de cuidados a pagadores, poderão distribuir cuidados sanitários de qualidade a milhões de pessoas. Mas muito ainda precisa de ser feito para tornar o seguro de saúde universal, abrangente e eficiente.

Por exemplo, o Gana adoptou em 2003 um programa nacional de seguro de saúde obrigatório, mas a Autoridade Nacional para o Seguro de Saúde informou que inscrevera apenas 38% da população durante a primeira década de existência do programa. O Ruanda conta com uma penetração superior a 90%, mas os serviços cobertos estão principalmente limitados aos cuidados primários.

Distribuir seguros de saúde a todos é difícil e complicado. Os custos são um problema. Existem regimes governamentais de seguros assolados por despesas gerais elevadas, ineficiência e alegações de pagamentos atrasados e corrupção, factores que comprometem a sua sustentabilidade. A solução passa por uma combinação de melhor governação e maior dependência da tecnologia e do sector privado, para impulsionar a eficiência, reduzir custos e melhorar a qualidade.

Os governos continuarão a desempenhar um papel importante, mas as parcerias com o sector privado são essenciais para se atingirem as metas de saúde. Esta frente é muito promissora. Um sector tradicionalmente dominado por milhares de pequenos estabelecimentos retira agora benefícios da consolidação, que permite economias de escala, custos mais reduzidos, qualidade consistente e a capacidade de atrair funcionários de qualidade elevada.

No Quênia, por exemplo, os

hospitais Ladnan, Metropolitan, Avenue, e Feminino de Nairobi, entre outros, formam agora em sete cidades uma rede de oito e 16 clínicas sujeita a uma gestão comum. De modo semelhante, no sector das farmácias retalhistas, a Goodlife – cliente da Sociedade Financeira Internacional, o órgão de crédito comercial do Banco Mundial – gere 57 estabelecimentos.

Grande parte do crescimento de mercado para estas empresas-plataforma vem de fusões e aquisições. No futuro, mais intervenientes crescerão de forma orgânica, através de investimentos na construção e reabilitação de hospitais e da ramificação de especialidades. À medida que forem crescendo, as empresas terão de ultrapassar barreiras estruturais persistentes, como a baixa penetração dos seguros e a escassez de competências médicas.

O terceiro elemento importante são os capitais próprios institucionais, que durante demasiado tempo estiveram ausentes de África, mas que se tornam agora mais difundidos. Em 2005, os fundos de capitais privados, concentrados na saúde africana, recolheram apenas 100 mil dólares, mas em 2015 esse valor disparou para os dois mil milhões de dólares, segundo um estudo sobre os investimentos privados na saúde africana da Preqin, uma empresa que produz investigação exclusiva sobre activos alternativos. Estima-se que veículos como o Africa Health Fund e os Investment Funds for Health in Africa (IFHA) tenham investido 200 milhões de dólares na região, gerando fundos sucessivos que somam mais de mil milhões de dólares. Este investimento de capitais próprios está a ajudar a profissionalizar a gestão finan-

ceira, a melhorar as estratégias e a governação empresariais e a atrair talentos de gestão de primeira linha.

O quarto elemento, uma tecnologia digital que aproveite o ubíquo telemóvel, permitiu a implementação de cuidados sanitários em regiões distantes e remotas. Aplicações de telemedicina, como o Babylon, que permite consultas virtuais, estão a ganhar aceitação. À medida que o perfil sanitário de África se transfere para as doenças não transmissíveis, os ‘smartphones’ vão ser cada vez mais usados não só para consultas, mas também para diagnosticar espécimes patológicos e imagens médicas, ou para recolher e analisar dados dos pacientes para evitar doenças antes que estas se manifestem. Cada uma destas intervenções tem potencial para reduzir drasticamente o custo dos cuidados de saúde, melhorar a qualidade e fazer mais com menos recursos.

Claramente, existem muitos motivos para optimismo. Os componentes essenciais já foram implementados: os sistemas de saúde fundados pelos governos africanos através de regimes universais de assistência estão a receber reforços (onde necessário) de capitais privados institucionais e/ou da ajuda ao desenvolvimento, e da tecnologia que alarga o alcance do sistema.

Embora haja muito mais por fazer, os cuidados de saúde de África encontram-se numa encruzilhada emocionante. O encontro da política pública, da iniciativa privada, dos investidores e da tecnologia prepara-se para transformar o panorama do desenvolvimento para melhor.

Chefe de Saúde e Educação da África Subsariana na International Finance Corporation.

Embora haja muito mais por fazer, os cuidados de saúde de África encontram-se numa encruzilhada emocionante. O encontro da política pública, da iniciativa privada, dos investidores e da tecnologia prepara-se para transformar o panorama do desenvolvimento para melhor.

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Entre os poderosos

A marca saiu do paradigma de SUV. A prova é o Quoris, um topo de gama, que o coloca em concorrência directa com os mais poderosos do mundo. Este modelo da Kia apresenta um V6 de 3.8 litros, de 294 cavalos de potência, combinado com um sistema de transmissão automática de oito velocidades. Tem excelentes opções mecânicas e suspensão electrónica a ar. Além do 'display' no pára-brisas, a tela é de 12,4 polegadas, o ar condicionado digital de três zonas, rebatimentos eléctricos nos retrovisores e bancos com aquecimento.

TURISMO

Passeio monumental

Nur-Sultan, capital do Cazaquistão, transformou-se numa cidade ultra-moderna. O horizonte em ascensão da cidade, salpicado de torres futuristas e maravilhas arquitectónicas, é o pano de fundo de quase todas as experiências no Ritz-Carlton. Os hóspedes podem admirá-lo no Club Lounge; as salas de jantar no restaurante Selfie e Mökki; os espaços de reunião e os quartos e suites. Onde a cidade não é visível, a sua presença ainda é sentida; os tratamentos de spa incorporam ingredientes locais, e dezenas de salões exibem a cultura do chá cazaque.



Estilo personalizado

Esta camisa de mangas compridas da Springfield é de ajuste personalizado. O tecido é de algodão mesclado ligeiramente empoleirado, com um bolso no peito e bordado no interior.



Descansos de luxo

O sofá de couro da Oxford PU adiciona uma sofisticação suave nos limites da sua sala de estar, quarto ou porta de entrada. Com braço rico estofado em couro, dispõe de botões de luxo e pernas modernas em forma de Y.



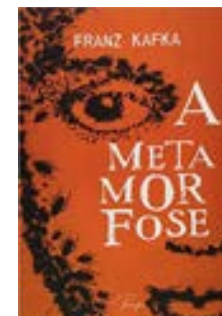
À altura do melhor

Os calçados da Stradivarius são mundialmente conhecidos pelo seu alto padrão de qualidade. Estes saltos altos são a prova de que toda a mulher deve ser servida sempre à altura do que melhor existe.

LIVROS



ANNA KARÉNINA, trama que gira em torno do caso extra-conjugal de uma aristocrata da Rússia czarista que, a despeito de parecer ter tudo, se sente vazia até encontrar o impetuoso oficial Conde Vronsky.



EM A METAMORFOSE, Franz Kafka descreve o caixeiro-viajante Gregor Samsa, que, numa certa manhã, acorda transformado num insecto gigante, em forma de barata. Livro mais famoso de Kafka e escrito em 20 dias.

AGENDA

LUANDA

DE 13 A 20 DE JANEIRO
Realiza-se o primeiro Festival de Capoeira Angolana, no museu de Antropologia. A partir das 17 horas.

15 DE JANEIRO
1.º Encontro de executantes de Hungo, linguagens técnicas e rítmicas do hungo, na Casa de Cultura Njinga A Mbande. A partir das 18h00. Entradas livres.

24 DE JANEIRO
24.ª Edição Escritor do Mês na Biblioteca Camões, com Amélia da Lomba, no Centro Cultural Português. Pelas 18h00.

ATÉ 31 DE JANEIRO
Temporada de Teatro, em alusão ao Dia da Cultura Nacional, organizado pela Associação Angolana de teatro de Luanda, no Cazenga. A partir das 19h00.

8 DE FEVEREIRO
Os músicos Nell Jazz, Kark Sumba e Jhon Canga actuam no 'Missi Ssipi Jazz Concert', no Chá de Caxinde. Ingressos entre 2.500 e 12 mil kwanzas. A partir das 15 horas.



SEGUNDO ESTUDO DA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, EUA

Em 25 anos, Ártico pode ficar sem gelo

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Pesquisadores estimam que zona glacial possa ficar sem gelo a partir de 2044 por alguns períodos do ano, sobretudo Setembro. Reflexo solar nas águas do Ártico está a aumentar e a aquecer a água.

Um estudo recente da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA) publicada na revista Nature dá conta que o gelo marinho do Ártico corre o risco de desaparecer, por alguns períodos do ano, entre 2044 e 2067.

Os pesquisadores estudaram 23 modelos de degelo sazonal, entre 1980 e 2015, e compararam com dados retirados da observação de imagens satélite daquela região.

De acordo com os cientistas Chad W. Thackeray e Alex Hall, um dos factores que faz com que sejam diferentes as previsões sobre os efeitos do aquecimento global no gelo do ártico é a forma como é ponderado um dado: o ‘feed-

back’ do albedo. Esta não é mais do que a medida do efeito do reflexo da luz solar nas águas. Quanto menos o gelo, maior a superfície escura do oceano a absorver a luz solar, o que faz com que água aqueça acelerando o derretimento do gelo marinho.

“O desaparecimento do gelo reduz o albedo da superfície, levando a uma maior absorção solar da superfície, o que amplifica o aquecimento e impulsiona ainda mais o derretimento. Esse ‘feedback’ do albedo de gelo marinho é um factor-chave das alterações climáticas do Ártico e uma importante fonte de incerteza nas projecções de modelos climáticos”, explicam na pesquisa, em que escolheram os modelos de estudo mais realistas, onde mais pesam os efeitos

1984

Ano em que as observações por satélite se tornaram mais confiáveis.

MEMORIZE

● O estudo veio calcular datas mais precisas sobre o desaparecimento do gelo do Oceano Ártico, que poderá não ter gelo em algumas épocas do ano (Setembro, por exemplo, é um mês onde tradicionalmente há menos gelo marinho naquela região) algures entre os anos 2044 e 2067, daqui a 25 a 48 anos.

do albedo, e os que se verificaram mais fiáveis.

Há um ano, a União Geofísica Americana juntou imagens (em time-lapse, ou câmara rápida) desde 1984 (ano em que as observações por satélite se tornaram mais confiáveis) e foi possível perceber o agravamento deste fenómeno ao longo das últimas décadas, com a superfície de gelo marinho a encolher e também o gelo a ficar mais fino.

O estudo da UCLA veio calcular datas mais precisas sobre o desaparecimento do gelo do Oceano Ártico, que poderá não ter gelo em algumas épocas do ano (Setembro, por exemplo, é um mês onde tradicionalmente há menos gelo marinho naquela região) algures entre os anos 2044 e 2067, daqui a 25 a 48 anos.

ENSINO SUPERIOR

MESCTI prorroga inscrições

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (Mescti) decidiu prorrogar o prazo de inscrições para os exames nas universidades públicas até ao dia 15 deste mês.

Numa nota enviada ao VALOR, o Mescti justifica o alargamento do prazo com a necessidade de se dar oportunidade igual de acesso ao ensino superior a todos os candidatos que tenham concluído o ensino secundário, apontando igualmente como razão o facto de existirem algumas dificuldades na emissão dos certificados em escolas do ensino geral.

As inscrições nas instituições do ensino superior públicas de todo o país tiveram início a 3 e têm o encerramento agora previsto para 11 deste mês.

A Universidade Agostinho Neto (UAN) tem disponíveis 5.310 vagas, sendo que 4.925 são para licenciatura e 385 para os de bacharelato em formação de professores e ensino técnico-profissional, numa parceria com o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED).

A UAN conta com 45 cursos nas nove unidades orgânicas e sete faculdades.

Angola tem oito universidades públicas distribuídas em regiões académicas.



NÚMEROS DA SEMANA

46

Mil milhões de kwanzas, valor das receitas fiscais e aduaneiras registadas em 2019, em Benguela.

162

Número de filiados da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que pagam regularmente as quotas, contra os 812 inscritos na instituição.

10

Milhões e 902 mil kwanzas, recursos que o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) perdeu nos últimos sete dias pela suspensão dos serviços.

120

Mil dólares americanos/ano, máximo permitido que os angolanos podem comprar dos bancos comerciais, para gastos com viagens, transferências unilaterais de natureza privada, incluindo para apoio familiar, anunciou o Banco Nacional de Angola.

FACE ÀS NOVAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Tribunal de Contas perspectiva maior fiscalização em 2020

A presidente do Tribunal de Contas almeja intensificar as auditorias que elege como o “cavalo de batalha” para 2020. Exalgina Gambôa manifesta-se satisfeita com o alargamento das competências do TC, como determina a lei 19/19, aprovada no ano passado pela Assembleia Nacional.

Antes da aprovação do novo diploma, o Tribunal de Contas tinha apenas a prerrogativa de realizar dois modelos de fiscali-

zação, a preventiva e a sucessiva. Ou seja, ao Tribunal cabia apenas a tarefa de receber as propostas e avaliar a viabilidade económica e financeira do projecto, sendo que recebia o relatório final depois da conclusão das obras.

Com a introdução do novo modelo de fiscalização concomitante, a entidade pode agora fiscalizar a implementação das obras fase por fase. Ao VALOR, o porta-voz do tribunal, Gonçalo Leitão, sublinha que, face à nova realidade, a instituição tem a necessidade de aumentar o leque de trabalhadores, dado

o aumento das divisões técnicas de cinco para oito.

Durante o ano transacto, a entidade recebeu 167 contratos de financiamento, empreitada, prestação de serviços, fornecimento e aquisição de bens. Entre outros, estão em trâmite 107 processos de auditoria do período de 2012 a 2019. Além de haver 29 processos de 2011 a 2019, que aguardam observação técnica no âmbito da fiscalização sucessiva, bem como 20 processos de responsabilidade financeira reintegratória e 23 processos de multa.



CIMEIRA COM REINO UNIDO A 20 DE JANEIRO

Investimento britânico ‘desbrava’ África

Andrew Stephenson, secretário de Estado britânico para África, revela, em comunicado de 13 de Janeiro, que o seu país tem interesse em aumentar o investimento em países do continente negro, com destaque para Angola, onde já está a ‘desbravar’ caminho a Aggreko, que tem sede em Glasgow, na Escócia. Esta empresa fornece geradores e estuda a introdução de equipamentos abastecidos por energia solar.

Depois de encontros com a ministra das Finanças, Vera Daves, e o governador do BNA, José Massano, Stephenson disse ter constatado o andamento das empresas britânicas que operam em Angola, tendo ressaltado o desempenho da Aggreko. O governante manifestou “orgulho nas empresas” do seu país com destaque para a “Aggreko que estão a liderar o abrir caminho

para investir em África”, o que, a seu ver, “pode melhorar o acesso a energias limpas e ajudar a criar empregos e impulsionar o crescimento económico”.

A visita de Stephenson antecede a Cimeira de Investimento Reino Unido-África, a ter lugar em Londres, no próximo dia 20 de Janeiro, e será presidida pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson.



AINDA ESTE ANO

Endiama ‘despacha’ empresas

Ganga Júnior, presidente do conselho de administração da Endiama, anunciou, nesta segunda-feira, em Luanda, que a estatal vai avançar com a alienação, ainda este ano, de algumas empresas do grupo, com destaque para o Hotel Diamante, mas não garante a manutenção dos postos de trabalho.

O gestor apontou os ‘caminhos da privatização’, no balanço das actividades da Endiama, reforçando que aquele activo, onde a diamantífera tem uma participação maioritária, é para vender ainda este ano.

No rol de privatizações, terá o mesmo destino a Endi-trade, responsável pela logística. Já a empresa de segurança Alfa 5 poderá continuar a operar, mas na base da redução da participação de 70% para apenas 30% do capital.

Por enquanto, a Clínica Sagrada Esperança ‘escapa’ da privatização “porque funciona um bocado como seguro de saúde, assegurando a assistência médica e medicamentosa a todos os trabalhadores”, segundo o PCA. Aliás, a decisão da administração passa por criar também, no leste, uma clínica do género.

Nas unidades a privatizar, os postos de trabalho estão ‘tremidos’. Ganga Júnior foi claro: “Fazemos tudo para não trazer mais desgraças, mas não posso garantir que o novo dono assuma 100% de tudo (...) e não queira reestruturar alguma parte do negócio. Com certeza vai precisar de pessoas, mas o emprego não é imutável”.